

Rede de Fortificações da Fronteira Marítima

Frederico Mendes Paula

Arquitecto na Câmara Municipal de Lagos e Secretário-geral da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Sobre o projecto em curso

Nota prévia



Imagem 1. Lagos, muralha, cidade e baía

A afirmação de Lagos como Sede dos Descobrimentos Portugueses é um elemento incontornável da política de desenvolvimento Municipal, aliás plasmada na própria afirmação ligada ao logotipo da Autarquia, “Lagos dos Descobrimentos”. Afirmar Lagos dos Descobrimentos implica desde logo investir na reabilitação, salvaguarda e valorização do património e na oferta cultural municipal ligada à época dos Descobrimentos.

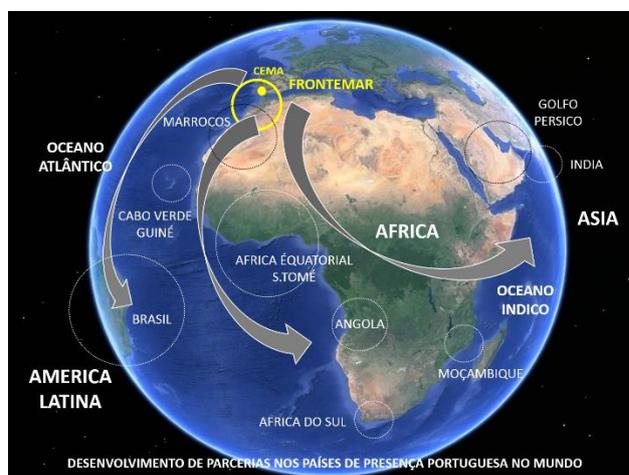
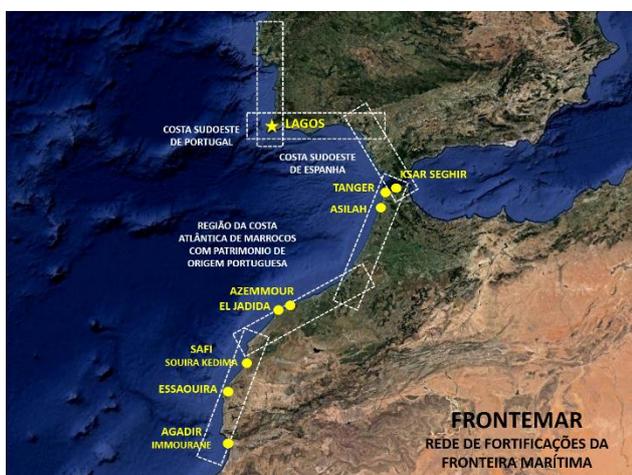
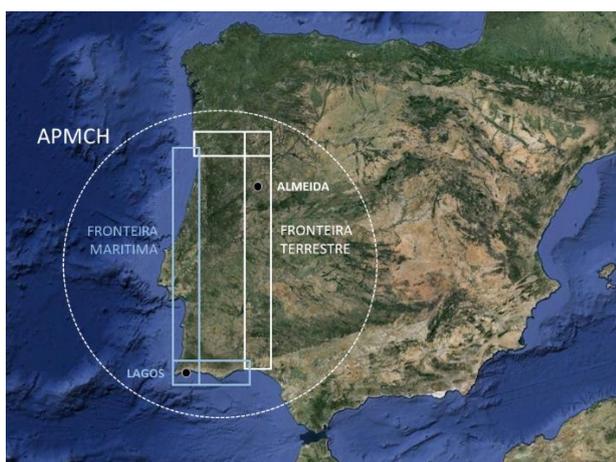
Nesta política assume uma importância fundamental o estabelecimento de acordos de gemação e de cooperação com entidades representativas da esfera dos Descobrimentos, como aliás o Plano Estratégico de Lagos bem define, ao afirmar a necessidade de “promover a internacionalização de Lagos, através de

geminções, articulações e representações internacionais, nomeadamente sob o mote dos Descobrimentos”. (Plano Estratégico do Município de Lagos, pág. 105)

Até ao ano de 2015 Lagos estabeleceu várias parcerias com municípios da esfera dos Descobrimentos, seja através de Protocolos de Geminção, como são o caso de Palos de la Frontera em Espanha, Ribeira Grande de Santiago em Cabo Verde e Ribeira Grande nos Açores, seja através de Acordos de Cooperação, como são o caso de Bojador em Marrocos, Pemba em Moçambique, Calheta de São Miguel em Cabo Verde, Cidade de Ilha de Moçambique em Moçambique, Distrito de Sikka na Indonésia, Distrito de Ugu na África do Sul, Ilha de Gorée, Cidade de Dakar, no Senegal e Município de Porto Seguro no Brasil. No entanto, estes protocolos não correspondem a uma política de cooperação dinâmica e consequente, encontrando-se na sua maioria “adormecidos”.

A definição e implementação de uma política de cooperação internacional na área dos Descobrimentos revelava-se como fundamental para a própria afirmação de Lagos como sede dos Descobrimentos Portugueses, tendo então sido apresentada uma estratégia que desse corpo a essa política e para tal teriam que ser criadas as necessárias estruturas para a gerir.

Estratégia da Rede de Fortificações da Fronteira Marítima



Imagens 2, 3, 4 e 5. Quatro esquemas integrados nos documentos de proposta da criação da Rede de Fortificações da Fronteira Marítima

O trabalho desenvolvido em Almeida e a dinamização da Delegação Regional do Algarve da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH) foram referências e pontos de partida para a construção de uma estratégia que a Câmara Municipal de Lagos apresentou e foi aprovada na reunião da Direcção da APMCH realizada em 12 de janeiro de 2016 no Montijo e foi formalmente apresentada publicamente em 22 de Julho desse mesmo ano durante as Comemorações do 22º Aniversário da APMCH que decorreram em Lagos. Basicamente o modelo proposto foi o de replicar em Lagos o modelo posto em prática em Almeida e partir para uma acção na base da colaboração e complementaridade, sob o chapéu das duas Delegações Regionais da APMCH, a do Distrito da Guarda, sediada em Almeida, e a do Algarve, sediada em Lagos.

Em Lagos seria instituído, à imagem do CEAMA, Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, vocacionado para o estudo do abaluartado da Raia ou Fronteira Terrestre, um centro de estudos de arquitectura militar vocacionado para o estudo do abaluartado da Fronteira Marítima. A proposta é chamar ao centro de Lagos CEMA, Centro de estudos Miguel de Arruda, pela importância da sua figura na construção de fortalezas abaluartadas na Fronteira Marítima (obras em Ceuta, Tânger e Mazagão e autoria em Salvador da Baía e S. Sebastião da Ilha de Moçambique) e na sua ligação a Lagos, não fosse o autor do projecto das muralhas da cidade.

Os centros de estudos serão a base para o estabelecimento de parcerias internacionais com vista à criação de redes de fortificações, envolvendo entidades internacionais, desenvolvendo acções de promoção, de investigação e de cooperação, nomeadamente propostas de classificação e candidaturas a financiamentos.



Imagena 6 e 7. Instalações do CEAMA em Almeida

De novo uma referência a Almeida. O trabalho exemplar que o Município de Almeida tem vindo a desenvolver neste âmbito (muito dele resultado do empenho e competência do Arquitecto João Campos), com a criação do CEAMA, estrutura que se encontra perfeitamente instituída e dispõe de instalações próprias, a constituição do Acordo de Cooperação Transfronteiriço Almeida-Ciudad Rodrigo e a actual proposta de candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia a Património Mundial, são a grande

referência do projecto, constituindo o designado pólo da fronteira terrestre, inspirador do pólo a desenvolver na cidade de Lagos.

No entanto diga-se em abono da verdade que em Lagos já se esboçava uma estratégia desde 2015 e foram desenvolvidas algumas ações, timidamente, que acabaram por não ter seguimento, mas que lançaram as bases do projecto. Falamos de um contacto com as autoridades da Cidade Autónoma de Ceuta com vista à criação de uma Rede de Fortificações da Fronteira Marítima, contacto que não teve seguimento, e de uma candidatura transfronteiriça ao Programa POCTEP realizada com um Olhão e o Ayuntamiento de Lepe, que retomou essa ideia, e estabeleceu a sigla FRONTEMAR para a rede.

É certo que em Lagos o processo de criação do Centro de Estudos não avançou até ao momento, mas foram dados passos importantes na instituição da rede, encarando-a inclusivamente num sentido mais vasto, integrando elementos do património imaterial a ela associada, sobretudo com base numa política de aproximação a Marrocos desenvolvida desde 2016.

Acções desenvolvidas



Imagens 8 e 9. Acções de Formação para guias de turismo sobre património de origem portuguesa. Em Marrquexe/Safi em 2017 e em El Jadida em 2018

As acções realizadas em 2016 foram da iniciativa e protagonizadas pelo autor deste artigo em colaboração com a Embaixada de Portugal em Marrocos e com a delegação do Turismo de Marrocos em Portugal, no seguimento da publicação do livro “Portugal em Marrocos, olhar sobre um património comum”, e consistiram na sua apresentação na semana de Marrocos em Lisboa, no dia 25 de maio de 2016, e na cidade de Marraquexe, no dia 27 de Outubro de 2016, esta última que contou também com o apoio da Direção Regional de Cultura de Marraquexe e da Escola Nacional de Arquitetura de Marraquexe.

No ano de 2017 o Município de Lagos associou-se a estas atividades, se bem que apenas de forma institucional, ou seja, com a inclusão do seu logotipo nos materiais promocionais:

Organização de uma Ação de Formação de Guias de Turismo Oficiais em Marraquexe, nos dias 22 a 26 de Maio de 2017, com o apoio da Embaixada de Portugal em Marrocos, da Região de Marraquexe-Safi e da Direção Regional de Cultura de Marraquexe. Organização de uma conferência em Mazagão integrada no XXV Festival Sete Sóis, Sete Luas, no dia 9 de Julho de 2017, com o apoio da Embaixada de Portugal em Marrocos e do Ministério da Cultura do Reino de Marrocos. Deslocação a Alcácer Quibir no mês de Dezembro de 2017, a título pessoal, mas devidamente legitimado pela Câmara Municipal de Lagos e com o apoio da Embaixada de Portugal em Marrocos, para estabelecimento de contactos com o Município de Alcácer Quibir, com vista ao desenvolvimento de laços de amizade e cooperação.

No ano de 2018 a participação da Câmara Municipal de Lagos passou a ter um envolvimento institucional pleno, acolhendo no mês de Fevereiro dois estagiários do Ministério da Cultura do reino de Marrocos, concretamente o Chefe de Serviços de Património da Direção Regional de Casablanca-Settat e a Conservadora do Património das Cidades de El Jadida, Azemmour e Sidi Bennour, contando também com o apoio da Embaixada de Portugal em Marrocos.

Em Abril desse ano deslocou-se a Marrocos uma comitiva da Câmara Municipal de Lagos, Assembleia Municipal de Lagos, Agrupamentos Escolares da cidade, Direção Regional de Cultura do Algarve e Associação Vicentina, com vista à assinatura de um Protocolo de Geminção com Alcácer Quibir e de dois Acordos de Cooperação com El Jadida e Azemmour, ações apadrinhadas pela Embaixada de Portugal em Marrocos. O Protocolo de Geminção com Alcácer-Quibir tem por base a ligação das duas cidades à figura do Rei D. Sebastião, que em vida esteve ligado a Lagos, que de Lagos partiu para a fatídica jornada de Alcácer Quibir e que em Alcácer Quibir esteve sepultado durante cerca de cinco semanas. O Acordo de Cooperação com El Jadida tem por base a ligação das duas cidades à figura de Miguel de Arruda, coordenador do projeto da Cidadela Portuguesa de Mazagão e autor do projeto das Muralhas Quinhentistas de Lagos. O Acordo de Cooperação com Azemmour tem por base o facto de Lagos e Azamor serem os dois primeiros mercados de escravos portugueses, conforme testemunham a generalidade das fontes históricas.



Imagens 10 e 11. Cerimónias de assinatura do Protocolo de Geminção com Alcácer-Quibir e dos Acordos de Cooperação com El Jadida e Azamor

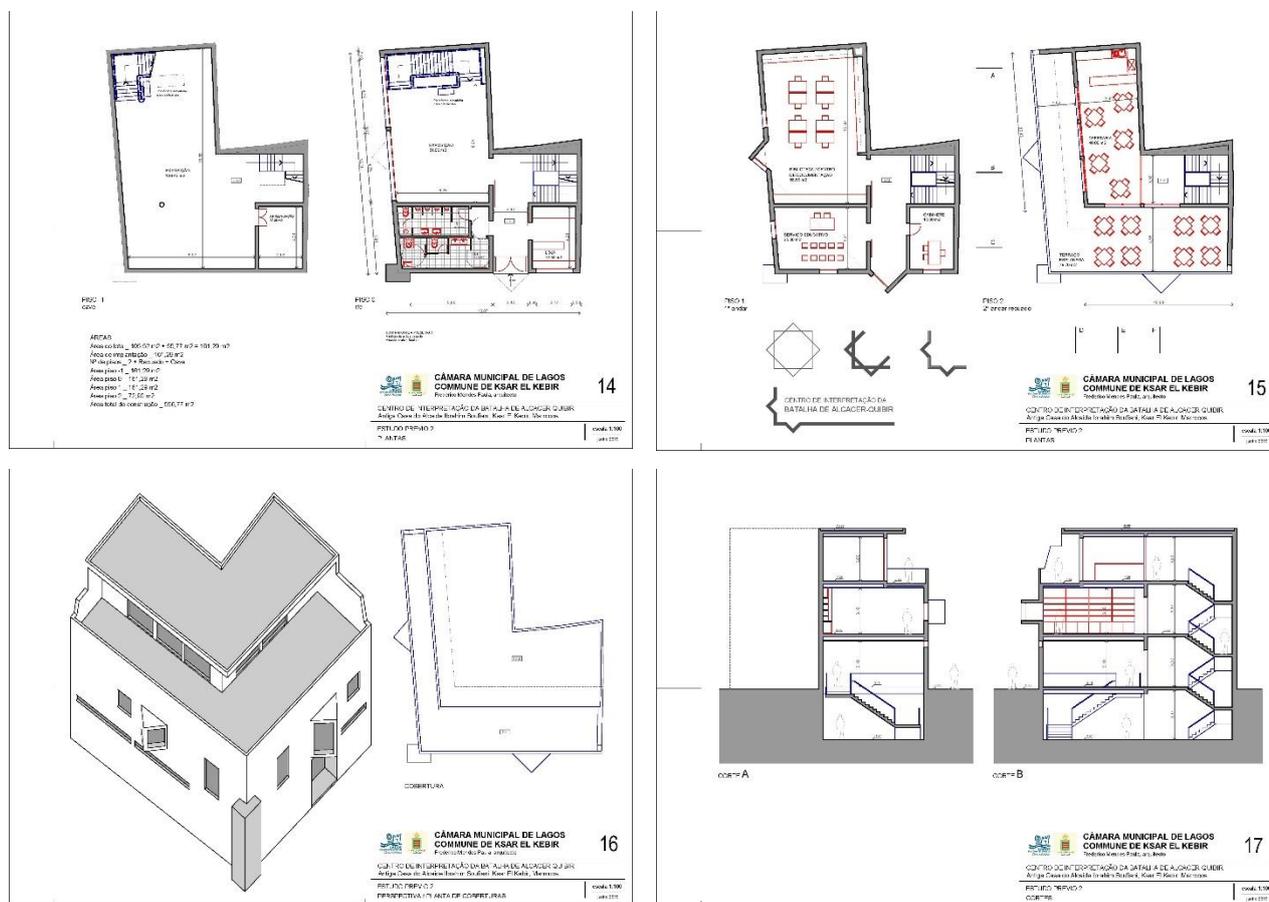
Paralelamente, o autor deste artigo organizou e concretizou uma Ação de Formação para Guias de Turismo da Cidadela de Mazagão, nos dias 13 a 15 de Abril, com o apoio da Embaixada de Portugal em Marrocos e da Direção Regional de Cultura de Casablanca-Settat, e apresentou uma comunicação na Cidade de Salé sobre Reabilitação do Património da Cidade de Lagos, no dia 18 de Abril de 2018, com o apoio da Embaixada de Portugal em Marrocos e da Association Rabat-Salé Mémoire.

No dia 4 de Agosto desse ano Lagos participou nas comemorações da Batalha de Alcácer-Quibir com uma comunicação sobre o programa de medidas de cooperação a curto, médio e longo prazo entre os dois municípios. A elaboração e aprovação pelos dois municípios deste programa tem uma importância fundamental para que o protocolo assinado não caia em esquecimento e fique submetido a objectivos definidos.

Em Outubro deslocou-se a Lagos uma delegação da Commune de Ksar El Kebir.

O ano de 2019 foi especialmente rico em acções concretas:

Dando cumprimento ao referido programa, iniciou-se a elaboração do projecto do Centro de Interpretação da Batalha de Alcácer-Quibir, a instalar na antiga casa do Alcaide Ibrahim Soufiani, onde o corpo do Rei D. Sebastião esteve sepultado durante quatro meses à guarda do fidalgo Belchior do Amaral, e que a Commune adquiriu para o efeito. O Estudo Prévio foi apresentado na Reunião de Câmara de Lagos em 17 de Julho e no Conselho Comunal de Ksar El Kebir no dia 27 de Agosto. Atribuição do nome Avenida de Lagos à uma das principais artérias da cidade de Ksar El Kebir.



Imagens 12, 13, 14 e 15. Elementos do Estudo Prévio do Centro de Interpretação da Batalha de Alcácer-Quibir

Em Novembro de 2019 realizou-se o evento da Efeméride dos 250 Anos do Abandono da Praça de Mazagão, organizado pela APMCH e contando com a colaboração da Embaixada de Portugal em Marrocos, do Ministério da Cultura do Reino de Marrocos, do CHAM, Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Commune de Ksar El Kebir. O evento foi também apoiado institucionalmente pela Direção Geral do Património Cultural, pelo Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, pela Associação de Turismo Militar Português e pelo Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves.

O evento decorreu durante três dias e contou com a presença de 60 participantes e representantes de 11 Autarquias portuguesas. No dia 7 realizou-se uma sessão no Centro Cultural Português de Rabat, incluindo conferências realizadas por Maria Augusta Lima Cruz, João Campos e Otmane Mansouri, a entrega da Medalha de Honra da APMCH a Sua Excelência a Embaixadora de Portugal no Reino de Marrocos, Maria Rita Ferro, e a apresentação do livro “Histórias de Portugal em Marrocos” de Frederico Mendes Paula. No dia 8 foi visitado o centro histórico de Arzila e o campo da Batalha de Alcácer Quibir, após o que a Autarquia local ofereceu um almoço, sendo o programa complementado com uma visita à antiga casa do alcaide Ibrahim Soufiani, onde o Centro de Interpretação da Batalha de Alcácer-Quibir será instalado, e, finalmente, foi inaugurada a Avenida de Lagos nessa cidade. No dia 9 a visita incidiu na Cidadela Portuguesa de Mazagão e no centro histórico de Azamor. Acompanharam as visitas, para além dos conferencistas na sessão do dia 7, os investigadores Luís Costa e Sousa e Jorge Correia.



Imagens 16 e 17. Tríptico do evento da Efeméride dos 250 Anos do Abandono da Praça de Mazagão

O programa pretendeu dar a conhecer aos participantes tanto quanto possível a história da presença portuguesa em Marrocos, dos testemunhos que aí ficaram e da importância que teve no desenvolvimento da arquitectura militar e do urbanismo moderno. Objectivo deste evento foi também o de estabelecer laços de amizade e cooperação para o futuro, com base em intercâmbios e no desenvolvimento de um turismo militar, que neste momento prosseguem com contactos com o Turismo de Marrocos e com operadores turísticos nacionais com vista à criação de roteiros da herança portuguesa no país.

Enquadramento e relevância da presença portuguesa em Marrocos

Criação da rede de praças-fortes portuguesas em Marrocos



Imagem 18. As praças portuguesas de Marrocos

Nos primórdios da Época dos Descobrimentos os portugueses estabeleceram um conjunto de praças-fortes na costa Atlântica de Marrocos, que sobreviveram durante décadas, algumas durante alguns séculos, graças à introdução de elementos e de mecanismos de defesa que asseguraram a sua viabilidade num ambiente de isolamento e de hostilidade. A ocupação da costa marroquina processou-se em diferentes etapas e assumiu formas diversas ao nível do seu modelo, fruto das condições geopolíticas de cada momento e das próprias características do povoamento do território em questão.

Foi assim criada uma rede de praças que garantiram a supremacia estratégica portuguesa no Mar dos Algarves e asseguraram a segurança da circulação dos navios comerciais que traziam os escravos, o ouro e as especiarias a partir do Atlântico Sul. Mas no quadro da sua gestão em território marroquino, a dita rede não era contínua, constituindo-se em duas áreas distintas, os chamados Marrocos Verde e Marrocos Amarelo, entre os quais se situava uma área controlada por vários ninhos de corsários, que garantiam ao Reino de Fez o acesso ao mar e mantinham viva a guerra do corso e a ameaça permanente à navegação e à segurança da costa de Portugal. As duas áreas referidas eram distintas a diversos níveis.

As praças do Marrocos Verde eram cidades conquistadas durante o século XV, concretamente Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger. Tinham uma importância essencialmente política e estratégica no quadro do domínio da navegação no Estreito de Gibraltar e do controlo da ameaça que os ninhos de corsários constituíam para os navios portugueses e a segurança da costa de Portugal. Após a conquista de Arzila pelos portugueses em 1471, é assinado um acordo de paz entre os reinos de Portugal e de Fez, com a vigência de vinte anos. Esse acordo permitiu legitimar a posse portuguesa das quatro praças-fortes que ocupava na região e das aldeias do seu termo, e permitiu que o sultão de Fez, envolvido em lutas internas pelo poder, pudesse concentrar os seus esforços nas mesmas, beneficiando de alguma tranquilidade na fronteira com o Reino de Portugal. A quebra do Tratado deveu-se sobretudo à morte do rei de Fez Mulai Xequê em 1504, data a partir da qual o estado de guerra foi permanente e os campos despovoaram-se de gente, de culturas e de gado.



Imagens 19 e 20. Marrocos Verde e Marrocos Amarelo

As praças do Marrocos Amarelo eram sobretudo cidades que evoluíram de uma situação de vassalagem para a sua conquista efectiva, casos de Azamor e Safim, fortalezas que evoluíram para cidadelas, como Santa Cruz do Cabo Guer e o Castelo Real de S. Jorge de Mazagão, ou simples fortalezas isoladas, como Ben Mirão, o Castelo Real de Mogador e o Castelo de Aguz. A sua conquista, ou construção, foi extremamente rápida, já que a zona era pouco povoada e não existia um poder político centralizado e organizado para fazer face à ocupação portuguesa. Tinham uma importância fundamentalmente económica, mas também política, no quadro da afirmação do domínio português da costa de Africa, ameaçado pelas pretensões espanholas. Viviam num ambiente de guerra permanente com as tribos da região, mas o facto de não existir esse poder político centralizado que lhes fizesse frente, permitiu que se estabelecessem relações de vassalagem tribo a tribo. A submissão das tribos rebeldes e os acordos com os chamados mouros de pazes ou mouros de sinal, aqueles que se submetiam ao ocupante português, dá origem entre 1510 e 1518 a uma vasta área de um autêntico protectorado, conhecido como Protectorado da Duquela, cuja responsabilidade é atribuída ao então capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde e à sua aliança com o alcaide mouro Yahia Bentafuft.

Singularidades do processo de apropriação e de gestão do território

A sobrevivência das praças de Marrocos dependia da introdução de elementos construídos e de mecanismos de defesa que assegurassem a sua viabilidade num ambiente hostil, marcado pelo isolamento, por um bloqueio terrestre e por ameaças constantes. Esses elementos e mecanismos, que foram introduzidos de forma generalizada, baseavam-se na expulsão dos habitantes das cidades conquistadas e a redução da sua área, a sua fortificação, a abertura ao mar e o voltar de costas à terra, a estruturação urbanística e a organização dos terrenos envolventes numa lógica de utilização diurna.

A generalidade das cidades conquistadas eram estruturas urbanas demasiado grandes e ingovernáveis. Para solucionar este problema, os portugueses reduziam a área da cidade conquistada através de um processo com base nos atalhos, tramos de muralha interiores ao perímetro muralhado, que o seccionavam, dividindo a cidade em duas partes. Criava-se assim a Vila Nova e a Vila Velha. A Vila Nova, onde os portugueses se instalavam, era invariavelmente de menor dimensão e abarcava a área mais próxima do mar, onde era possível realizar os necessários abastecimentos. As construções e muralha da Vila Velha eram progressivamente demolidas, e a área acabava por se transformar em campos de cultivo, pomares e pastagens para o gado. A construção dos atalhos tinha assim como objectivo criar um novo pano de defesa exterior e não uma simples divisória interior, pelo que a sua construção era realizada de forma cuidadosa e procurando corrigir debilidades encontradas na cerca original.



Imagem 21 A Couraça e o Baluarte da Couraça de Arzila



Imagem 22. Couraça de Alcácer-Ceguer

Outro elemento fundamental das fortificações portuguesas eram as couraças, tramos de muralha perpendiculares à cintura principal, que se prolongavam até ao mar. As couraças seriam um elemento constante e marcante das fortificações portuguesas em Marrocos, garantindo não só que as manobras de abastecimento se realizassem em segurança, como assegurando o próprio controlo da praia enquanto território vital à sua sobrevivência. Eram postos avançados de artilharia sobre o mar e corredores fortificados para cargas e descargas.

vigilância e de defesa capaz de assegurar a segurança dos trabalhadores agrícolas e da própria praça, que se desguarnecia momentaneamente durante os períodos em que as portas estavam abertas.

Às primeiras horas do dia saíam os escutas, atalhadores ou monteiros, que examinavam cuidadosamente todo o campo, procurando infiltrados que se tivessem escondido durante a noite para emboscar os lavradores. Após a inspeção ao campo feita pelos atalhadores, saíam os atalaias, que ocupavam as suas posições no cimo de determinadas colinas. Com eles iam os costas, que lhes davam protecção, posicionando-se na base das mesmas colinas. Se o campo estivesse seguro, os atalaias informavam o Facho dessa mesma situação e o facheiro içava uma cesta forrada com pano num mastro situado no cimo da torre. O sinal era recebido na torre de menagem do castelo e o governador dava então ordem para os trabalhos no campo se iniciarem através de cinco badaladas do sino. Ao mínimo sinal de perigo, o facho era arreado dando o alerta. Da torre de menagem partia a ordem de evacuação do campo exterior, comunicada através de tiros de canhão, de badaladas de sino ou de sinais de fumo ou fumaças. Toda a gente voltava para o interior da praça o mais depressa possível e a porta era fechada.

Chamava-se a este sistema defensivo, que combinava defesas precárias com procedimentos rotineiros rígidos, *segurar o campo* e graças a esta organização era possível tirar partido dos terrenos exteriores sem os ocupar em permanência e, conseqüentemente, sem despende o esforço militar e financeiro que essa ocupação implicaria.

A arquitectura militar

O estabelecimento dos portugueses nas praças de Marrocos ocorre num período de transformação das estruturas militares, fruto da substituição das armas de propulsão mecânica pelas armas de propulsão através da pólvora. Marrocos foi um autêntico laboratório da arquitectura militar no processo de fortificação das estruturas existentes e de construção de estruturas de raiz. As intervenções realizaram-se em três períodos distintos _ durante o século XV, em que apresentam claramente um carácter tardo-medieval, não se encontrando ainda influenciadas pelos novos conceitos da pirobalística; no primeiro quartel do século XVI, em que se caracterizam como fortificações da transição, ou seja, apesar de manterem traços tardo-medievais começam a transformar-se para se adaptarem à utilização da pólvora; a partir de meados do século XVI, em que se assumem claramente como fortificações do Renascimento, libertando-se do espartilho medieval e tirando pleno partido das possibilidades que a utilização da pólvora permitia.

No primeiro caso estão intervenções nas quatro praças conquistadas no século XV, Ceuta, Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger, consistindo basicamente de reparação e manutenção das cercas existentes e de criação de condições para a instalação das guarnições portuguesas. As obras seriam supervisionadas por Rodrigo Anes.



Imagem 27. O Baluarte de S. Cristóvão em Azamor, exemplar magnífico da arquitectura militar da transição, da autoria dos irmãos Diogo e Francisco de Arruda

No segundo caso estão o grosso das intervenções realizadas, correspondendo a uma modernização das estruturas existentes e uma adaptação aos novos conceitos da pirobalística. Neste período chamado da transição, o modelo medieval coexiste com as inovações renascentistas, mas os conceitos medievais das construções militares vão sendo abandonados e as fortalezas começam a sofrer modificações para melhor resistirem aos ataques da artilharia. O conceito da defesa ao longo de todo o pano subsiste, mantendo-se adarve e merlões, surgindo as primeiras canhoneiras, situadas a vários níveis para garantir o disparo a longa e curta distância, combinadas com seteiras, troneiras e matacões. Os baluartes começam a esticar-se para o exterior do pano muralhado, procurando aumentar o ângulo de tiro e ganham formas arredondadas para facilitar o ressalto dos projecteis. Surgem os alambores para afastar o assaltante do pano da muralha e evitar as acções de minagem, e o traçado das cercas é quebrado em dentes, criando aberturas laterais para o chamado fogo rasante. A altura das muralhas é reduzida, a sua espessura aumentada e a superfície inclina-se para melhor resistir aos impactos e facilitar os ressaltos.

Deixaram a sua marca durante este período nas praças do Norte, Francisco Danzilho e Diogo Boitaca, e nas do Sul os irmãos Diogo e Francisco de Arruda.



Imagem 28. Baluarte de Santo António em Ceuta

Imagem 29. Baluarte da Alcáçova em Tânger

Imagens 30 e 31. Baluarte do Anjo em Mazagão

Após a queda de Santa Cruz do Cabo Guer no ano de 1541, toda a filosofia de intervenção portuguesa em Marrocos é alterada, decidindo-se o abandono da grande maioria das praças, mantendo-se apenas Ceuta e Tânger no Norte e Mazagão no Sul, praças que seriam reforçadas de acordo com os mais recentes princípios da arquitectura militar do Renascimento. A tarefa é confiada a Miguel de Arruda, que se socorre de Benedetto da Ravenna, arquitecto ao serviço de Carlos V de Espanha, e de João de Castilho para a direcção das obras. Miguel de Arruda pertence já à segunda geração de debuxadores da pirobalística, num período em que os conceitos evoluem de forma muito rápida. No seu tempo a arquitectura militar já se encontrava liberta dos conceitos medievais, tornando-se num exercício de geometria, já que a concepção das fortificações é realizada totalmente com base no estudo dos ângulos de tiro. Surgem os baluartes de forma pentagonal ou em cunha, dispendo de bocas-de-fogo laterais para tiro rasante protegidas por orelhões. Os panos de muralha ganham espessuras impressionantes, inclinações acentuadas, e deixam de funcionar como defesas contínuas, mas sim como elementos de ligações entre os baluartes, nos quais a toda a defesa se concentra. Os panos quebram-se para o interior, abrindo o ângulo de tiro, e a combinação fosso-muralha ganha um papel predominante, garantindo uma

mais eficaz defesa dos panos edificados. O tiro rasante é de importância decisiva para a defesa da muralha, já que veio resolver o problema do tiro de proximidade e dos ângulos mortos, anteriormente solucionado com canhoneiras a vários níveis, o que levantava questões de segurança em relação às situadas no nível inferior, necessitando de defesas complementares como troneiras e matacães.



Imagem 32. A Cidadela de Mazagão

A construção da Cidadela de Mazagão é o corolário desta evolução, constituindo o exemplo da máquina de guerra perfeita que resistiria em mãos portuguesas durante mais de 200 anos, com a sua planta quadrangular com cerca de seis hectares de área, com os lados quebrados em estrela de quatro pontas, para aumentar o ângulo de tiro, com quatro baluartes nos cantos, encimados por casamatas, paredes com doze metros de espessura, sobre as quais se implanta o caminho de ronda, e fosso dos lados Sul, Poente e Norte.

O urbanismo

A marca da presença portuguesa nas cidades marroquinas não ficou apenas nos testemunhos edificados mais evidentes. O facto de os portugueses terem vivido nas estruturas urbanas pré-existentes, não se instalando em áreas criadas de raiz, obrigou não só à sua adaptação ao modo de vida ocidental, mas sobretudo a necessidades de gestão colonial, muito ligadas à defesa e à logística. Aliás seria este último

aspecto o determinante, já que o urbanismo medieval português e marroquino não eram assim tão diferentes, sendo ambos marcados por traçados viários irregulares, fruto do desenvolvimento orgânico e da adaptação à topografia, e pela hierarquização dos espaços públicos. E se é verdade que a racionalização das estruturas urbanas se generaliza no período do Renascimento e é uma constante do urbanismo colonial, também é verdade que no próprio urbanismo medieval surgem estruturas ortogonais fruto da sua fundação por meio de operações urbanísticas. A racionalização e conseqüente geometrização dos traçados urbanos é assim resultado de acções de planeamento ou adaptação, nas quais a espontaneidade e o crescimento orgânico não tinham lugar. A marca específica do urbanismo português é visível nessas intervenções de adaptação em Marrocos, que constituem a génese do próprio urbanismo colonial português, concretizado em toda a sua plenitude na construção da Cidadela de Mazagão em 1541. As intervenções urbanísticas eram indissociáveis dos próprios conceitos de defesa das praças, já que estavam intimamente ligadas à facilidade de movimentação das tropas e seu acesso rápido aos caminhos de ronda e à localização estratégica dos equipamentos de logística e defesa.

Em termos de desenho urbano, a intervenção urbanística nas praças de Marrocos não teve a mesma expressão em todas elas, fruto das condições existentes. Em Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tânger e Safim foram intervenções de carácter reduzido, baseando-se sobretudo na afirmação da Rua Direita como eixo principal e na regularização do traçado de alguns quarteirões. Em Arzila e Azamor, a intervenção foi mais profunda. No primeiro caso devido às reconstruções operadas no seguimento das destruições provocadas pelo ataque de 1508. No segundo, porque a Vila Nova de Azamor é implantada sobre terrenos não edificadas à época. Mazagão, cidade planeada de raiz, é praticamente toda concebida de origem, excepto uma pequena área do lado Noroeste onde se situava o antigo arrabalde do Castelo Real.

Conclusão

Por razões óbvias, o processo de cooperação com Marrocos viu as suas acções adiadas para melhores dias, com a agravante de que no ano de 2020 haverão eleições autárquicas nos dois países, facto que poderá alterar as condições da construção da Rede de Fortificações.

Em Lagos, continuámos a trabalhar nesse sentido, seja em projectos decisivos para a Rede, como a continuidade do processo de reabilitação e promoção das Muralhas de Lagos e o início do processo de reabilitação do Forte da Ponta da Bandeira, seja no cumprimento do programa com a Commune de Ksar El Kebir, com a atribuição do nome Avenida de Alcácer-Quibir a uma importante artéria a cidade e construção de um memorial aos mortos na Batalha de Alcácer-Quibir.

Bibliografia

- COELHO, António Borges. “Largada das Naus”. História de Portugal, Vol. III. Editorial Caminho. Lisboa, 2011
- COELHO, António Borges. “Raízes da Expansão Portuguesa”. Editorial Caminho. Alfragide, (1964) 2018
- CORREIA, Jorge. “Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI”. FAUP publicações. Porto 2008
- CORREIA, Jorge. “Mazagão. A última praça Portuguesa no Norte de Africa”. Revista de História da Arte nº 4. 2007
- CORREIA, Jorge. “Morfologia urbana em Azamor, Marrocos: uma proposta de leitura da herança colonial”. Escola de Arquitectura da Universidade do Minho / Centro de História de Além Mar. 2011
- DIAS, Pedro. “A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769”. Livraria Minerva Editora. Coimbra, (2000) 2002
- ELBL, Martin Malcolm. “Portuguese Tangier (1471-1662). Colonial Urban Fabric as Cross-Cultural Skeleton”. Baywolf Press. Toronto, 2013
- FARINHA, António Dias. “História de Mazagão Durante o Período Filipino”. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa. 1970
- FARINHA, António Dias. “Os Portugueses em Marrocos”. Instituto Camões, 1999
- GASPAR, Jorge. “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional”. In “La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI”. Universidade Complutense. Madrid, 1985
- GOZALBES CRAVIOTO, Carlos. “Las Corachas Hispano-Musulmanas de Ceuta”. Separata de la Revista Al-Qantara, Vol. 1 – Faz. 1 y 2. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Miguel Asín. Madrid, 1980
- GUEVARA, Adolfo. “Arcila durante la ocupación portuguesa (1471-1549)”. Publicaciones del Instituto General Franco para la Investigacion Hispano-Arabe. Tânger, 1940
- LOPES, Ana Catarina Gonçalves. “(A)Cerca de Azamor, estruturas militares ao manuelino, Volume 1”. Universidade do Minho, Escola de Arquitectura, Outubro de 2009
- LOPES, David. “A Expansão em Marrocos”. Editorial Teorema. Lisboa, 1989 (Publicação original BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni e MURIAS, Manuel. “História da Expansão Portuguesa no Mundo, 3 vols. Editorial Ática. Lisboa, 1937)
- LOPES, David. “História de Arzila durante o Domínio Português (1471-1550 e 1577-1589)”. Coimbra, imprensa da Universidade. 1925
- LOPES, David. “Textos em Aljamía Portuguesa”. Documentos para a história do domínio português em Safim. Extrahidos dos originaes da Torre do Tombo. Lisboa, Imprensa Nacional, 1897
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. “Os Filhos de D. João I” (1891). Guimarães & C. Editores. Lisboa, 1983
- MENESES, D. Fernando de. “História de Tangere, que compreende as notícias desde a sua primeira conquista até a sua ruína”. Officina Ferreiriana, Lisboa, 1732
- MOREIRA, Rafael. “A construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542”. IPPAR/CPML. Lisboa, 2001
- PAULA, Frederico Mendes. “Histórias de Portugal em Marrocos”. Argumentum, Edições, Estudos e Realizações. Lisboa, 2019
- PAULA, Frederico Mendes. “Portugal em Marrocos, Olhar sobre um património Comum”. Argumentum, Edições, Estudos e Realizações. Lisboa, 2016
- SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel Azevedo e; NADIR, Mohammed. “Santa Cruz do Cabo de Gue D’Agoa de Narba”. Estudo e Crónica, Viseu, Palimage Editores e Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007
- TEENSMA, Benjamin N. “O Diário Tangerino de Afonso Fernandes”. Câmara Municipal de Lagos, 2008
- TEIXEIRA, André, LOPES, Ana, CORREIA, Jorge e KARRA, Azzeddine. “As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do seu conhecimento”. Edições Colibri. 2013

VIDAL, Laurent. “Mazagão, la ville qui traversa l’Atlantique. Du Maroc à l’Amazonie (1769-1783)”. Champs histoire. Barcelona, (2005) 2008

Documentos produzidos pelo autor no âmbito da Câmara Municipal de Lagos

“Plano de Promoção da Muralha de Lagos”. 2018

“Política de Geminações com Marrocos”. 2018

“Programa de Actividades no Quadro da Geminação entre Lagos e Alcácer-Quibir”. 2018

“Proposta de Dinamização da Delegação Regional do Algarve da APMCH”. 2015

Nota biográfica

Arquitecto na Câmara Municipal de Lagos desde 1986, com responsabilidades na gestão do centro histórico, reabilitação do património e prevenção do risco sísmico.

Representante da Câmara Municipal de Lagos na Direcção do Fórum Ibérico de Cidades Amuralhadas e do European Walled Towns entre 2006-2012.

Secretário-geral da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico desde 2018.

Presidente do júri do Prémio Nacional de Arquitectura Alexandre Herculano, Membro do Conselho de Curadores dos Centros Históricos Portugueses e membro da Direcção do Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves.

Autor e de 28 publicações e palestrante de perto de uma centena de conferências em Portugal, Espanha e Marrocos, com destaque para a organização e realização de duas acções de formação para guias de turismo marroquinos sobre património de origem portuguesa em Marrocos em 2017 e 2018 em Marraquexe e El Jadida.

Neste momento desenvolve como projectos de “fundo” a gestão da Reabilitação das Muralhas e Torreões da Cidade de Lagos e o projecto do Centro de Interpretação da Batalha de Alcácer-Quibir em Ksar El Kebir, este último no quadro da geminação entre os dois municípios.

23.09.2020